

GDF acredita que escolas

Educação

Associação de Pais acha que desobediência civil

F. GUALBERTO

não vão parar

pregada pelas particulares é blefe

As escolas particulares estão blefando. A opinião é do vice-presidente da Associação dos Pais de Alunos das Escolas, Omar Abbud, que se reuniu ontem com o secretário de Educação, Fábio Bruno, para analisar a ameaça das escolas de não iniciar o ano letivo no prazo previsto. A rede privada exige um reajuste maior do que o concedido pelo Governo Federal — 35 por cento mais 15 por cento negociáveis.

O secretário Fábio Bruno concorda com Abbud. Adianta ainda que todas as escolas deverão iniciar as aulas no período fixado. Apesar da decisão ter sido tomada em assembléia deliberativa, o secretário acredita que vai haver uma reavaliação. "Dezenas de estabelecimentos já confirmaram que vão reiniciar as aulas dentro do prazo", disse.

De acordo com o secretário, o movimento não é unificado, "uma vez que cada escola tem uma situação de reajuste semestral diferen-

te, além das datas de reinício das aulas não coincidirem". Ele admite que pode até haver algum estabelecimento com a semestralidade realmente defasada, mais isso deverá ser analisado caso por caso, sem necessariamente extrapolar a decisão do Governo Federal.

Fábio Bruno afirmou, contudo, que essas escolas deverão comprovar a defasagem perante a Comissão de Encargos Educacionais do Conselho de Educação do DF. "Está aberto todo um processo de discussão objetiva, envolvendo escola por escola, para resolver a questão", disse. Observou ainda que ha, inclusive, casos de escolas "cujas semestralidades estão muito bem atualizadas".

A seu ver, o que o movimento das escolas particulares está querendo de fato é mostrar, o peso delas no ensino. O objetivo, segundo Fábio Bruno, seria "forçar a barra" quanto à fiscalização e o controle do Governo, do que propriamente

comprovar uma situação financeira insustentável.

LOBBY

O vice-presidente da Associação dos Pais e Alunos, Omar Abbud, vai mais longe, diz que, por trás do impasse, está o interesse dos proprietários em sensibilizar a população e os constituintes. "Estão querendo apenas se evidenciar como um grande problema nacional, para que possam manter na próxima Constituição um privilégio que a atual legislação, infelizmente, já lhes permite: o de serem empresas privadas, mas com amparo financeiro do Governo".

De acordo com Abbud, a reclamação dos proprietários não tem nenhum fundamento, pois o Governo concedeu às escolas o maior reajuste de todos os setores da economia. Ele disse que o decreto que regulamentou os reajustes dá uma ampla margem de negociação. "Se a decisão governamental é ilegal, como alegam, por que não entram com ações na Justiça?".